



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério da Igualdade Racial - MIR
– CNPJ: 06.064.438/0001-10

Nome da autoridade competente: Anielle Francisco da Silva

Número do CPF: XXX.381.567-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos -SQPT/ Ministério da Igualdade Racial – MIR

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto nº 01 de janeiro de 2023, publicado em 01/01/2023, no DOU – Seção 02 - Edição Especial, página nº 02.

b) UG SIAFI:

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 810008/00001 - Ministério da Igualdade Racial.

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 10008 - Ministério da Igualdade Racial

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada(a): Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Nome da autoridade competente: Telio Nobre Leite

Número do CPF: XXX.333.834-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Vice-Reitoria-UNIVASF

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 5 de abril de 2023, publicado em 06/04/2023, seção: 2, página nº 1.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154421 - UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 69624 - UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco 154421

3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

Realizar oficinas e apoiar ações voltadas ao fortalecimento de comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, e povos ciganos, durante o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1: Promover oficinas destinadas a quilombolas, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, e povos ciganos, bem como apoiar o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia.

Etapa 1: Contratação de 03 Bolsistas, sendo 01 bolsistas por 5 meses e 02 bolsista por 03 meses.

Etapa 2: Contratação de 01 bolsista por 03 meses.

Etapa 3: Contratação de Pessoa Jurídica para transmissão e registro audiovisual da programação.

Etapa 4: Concessão de Diárias para ajuda de custo para 25 participantes.

Etapa 5: Contratação de Pessoa Jurídica de produção, locação e montagem de infraestrutura.

Etapa 6: Contratação de Pessoa Jurídica para coordenação e realização de oficinas.

Etapa 7: Custos administrativos FADEX (5,2631578%).

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Congresso Brasileiro de Agroecologia - CBA é realizado pela Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, instituição que foi criada em 2004 com o objetivo de incentivar a construção de conhecimentos técnico-científicos integrados ao saber popular no campo da agroecologia, além de contribuir na elaboração e implantação de políticas públicas que visam a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social. A Associação reúne pessoas físicas das mais diversas áreas do conhecimento e de atuação, que realizam e apoiam ações dedicadas ao fortalecimento das práticas agroecológicas.

Dentre as principais ações realizadas pela Associação, estão apoiar e organizar processos, encontros e eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; ampliar as estratégias de diálogo com a sociedade para despertar e fortalecer o interesse e o engajamento em questões relacionadas aos princípios da agroecologia; analisar e propor políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos; e, defender a conservação da biodiversidade e o respeito aos povos e comunidades tradicionais como condição indispensável para a manutenção da vida, da justiça social e do fortalecimento dos sistemas de agroalimentares saudáveis.

A cada dois anos, a ABA realiza o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que constitui um momento de culminância de diálogos sobre agroecologia, no qual conhecimentos acadêmicos e populares se encontram em uma grande rede de apresentações de trabalhos científicos e relatos de experiências. Conforme consta no site da instituição, “nas últimas edições, a agroecologia tem ultrapassado as fronteiras dos Tapiris de Saberes - espaços onde são realizados debates e apresentações sobre diversos eixos da agroecologia –, e ocupando palcos, telas de cinema, e até cozinhas e roças tradicionais, ampliando o alcance da agroecologia no Brasil”.

O Congresso Brasileiro de Agroecologia é o maior evento científico e acadêmico relacionado à agroecologia da América Latina, e sua agenda principal visa, justamente, o fortalecimento das comunidades e dos povos tradicionais por meio do estímulo à produção e à difusão do conhecimento agroecológico.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, instituição na qual será realizada o 13º CBA, foi a primeira universidade federal a ser implantada no interior do Nordeste, com campi em três estados distintos da região: Pernambuco, Bahia e Piauí. Sua origem remete à luta dos sertanejos, que por muito tempo sonharam com uma possibilidade dos seus filhos seguirem seus estudos e se formassem às margens do rio São Francisco. A UNIVASF surge, assim, em 2002, com a missão de interiorizar o ensino público superior de qualidade, levando-o ao Semiárido. Sua sede está localizada na cidade de Petrolina

(PE), e hoje conta com cinco outros campi: em Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso, na Bahia; em São Raimundo Nonato, no Piauí; e em Salgueiro, em Pernambuco.

Localizada na região submédica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, Juazeiro, situa-se a cerca de 500 quilômetros de Salvador e, juntamente com a vizinha Petrolina (PE), forma o maior aglomerado urbano do Semiárido brasileiro. O município se destaca pela agricultura irrigada e é um grande produtor de frutas tropicais, como manga, uva, melancia, melão, coco e banana.

O campus de Juazeiro, local que sediará o Congresso, concentra os cursos de Engenharia, inclusive de Engenharia Agrícola e Ambiental, além de Ciências Sociais e Artes Visuais. Conta com área de 145 mil metros quadrados, pelos quais se encontram distribuídos, entre outras instalações, biblioteca, restaurante universitário, galpão de artes, blocos de sala de aula e o Complexo Multievento, que tem capacidade para 1,2 mil pessoas em auditórios climatizados e dá apoio aos eventos científicos, culturais e artísticos da Universidade e comunidade externa.

Os princípios existentes nos documentos oficiais da UNIVASF, criam parâmetros para uma formação crítica e cidadã, em que o aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, aplica-se numa constante relação dialética do estudante com o conhecimento adquirido na sua trajetória escolar e sociocultural, promovendo sucessivas alterações no seu olhar sobre o mundo vivido. Eles atribuem ao indivíduo a característica de ator e autor, protagonista da sua existência e da sua experiência.

As Comunidades Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos são reconhecidos no Decreto nº 6040/2007 como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais prevê em seus princípios (art. 1º, incisos V, VI, IX e XIV) o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais; a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas; e, a articulação com demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo. Além disso, o texto também preconiza a erradicação de todas as formas de discriminação, a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

As oficinas propostas nesta parceria são importantes para a valorização e o fortalecimento dos públicos da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos. Este objetivo alinha-se diretamente com os princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNGTAQ), que reconhece esses grupos como culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, e que dependem de seus territórios e recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas tradicionais. As oficinas acontecem no âmbito das atividades autogestionadas do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), uma oportunidade para que as/os participantes, organizações e instituições envolvidas no Congresso possam propor atividades formativas e reflexivas que complementem as demais ações do CBA. As atividades autogestionadas têm como objetivo: Engajar as/os participantes na construção do Congresso; Construir conhecimentos a partir dos saberes das/os participantes e coletivos; Estimular e ampliar a troca de saberes e a colaboração durante o Congresso; Complementar temas, questões e assuntos que não estejam previstos na programação inicial e Valorizar a diversidade de conhecimentos, saberes e cosmovisões na construção da agroecologia. GT Ancestralidade, Povos e Comunidades Tradicionais da Associação Brasileira de Agroecologia irá propor pelo menos duas oficinas que poderá ser construída em conjunto com a Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos

Além das oficinas autogestionadas a programação do congresso prevê a mobilização da Cozinha das Tradições (CdT), compreendida como um dispositivo pedagógico que tem como centro as práticas e os saberes em torno das cozinhas, da cultura alimentar e das comidas tradicionais dos territórios. Fruto do acúmulo de muitas iniciativas, a Cozinha das Tradições nasceu há seis anos, no interior do CBA de 2019.

Em 2023, a CdT retorna ao 12º CBA através da parceria entre organizações atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Nas últimas duas edições do CBA, portanto, a Cozinha das Tradições se tornou um ambiente integrado, dedicado à preparação, reflexão e divulgação de receitas e alimentos tradicionais. As CdTs se estruturam como um lugar de materialização da memória alimentar dos territórios sede do Congresso, promovendo trocas simbólicas e culturais a partir da experiência comunitária existente e das redes que compõem o evento. As Cozinhas também se configuram como um processo metodológico participativo, que visa salvaguardar as memórias vinculadas aos patrimônios materiais (casas, utensílios e fogões) e imateriais (saberes e modos de fazer) dos povos e comunidades tradicionais dos campos, das águas e das cidades.

No 13º CBA asseguramos a isenção de, pelo menos, 700 representantes das juventudes, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e de agricultoras/es vinculadas/os a movimentos sociais. As vagas serão preferencialmente preenchidas por pessoas que submeteram trabalhos no Congresso. Essas isenções representam a gratuidade no valor da inscrição, acesso a todas as refeições na cozinha central e hospedagem. Isenção direcionada aos movimentos sociais que constroem a coordenação política local e representantes de povos e comunidades tradicionais, que traduzem a diversidade pulsante no território que recebe o Congresso. Estão previstas no edital de isenção 100 vagas para Povos Indígenas, 80 vagas para Comunidades Quilombola, 80 vagas para Comunidades de Fundo de Pasto, 80 vagas para Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, 25 vagas para Povos de Terreiro. Este plano de trabalho também prevê a inclusão de até 10 vagas de isenção para povos ciganos.

O 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, receberá trabalhos que contribuem para o campo agroecológico nas suas múltiplas expressões, traduzidas de forma cuidadosa por meio dos eixos temáticos do congresso, nos quais os trabalhos foram submetidos. O CBA nos convida ainda a discutir como a produção da ciência, construída desde a academia, em uma articulação profunda com os conhecimentos tecidos cotidianamente nos territórios, deve ser uma aliada do enfrentamento à fome, às crises climáticas e a qualquer desigualdade, seja ela racial, de gênero ou de classe, entre outros aspectos igualmente relevantes no âmbito da agroecologia. Seguindo os acúmulos dos CBAs anteriores, nesta edição poderão ser apresentados trabalhos nas seguintes modalidades: Resumos expandidos (Técnico-científicos), Relatos de Experiências Técnicas, Relatos de Experiências Populares e Relatos de Experiências populares em vídeo.

GT Ancestralidade, Povos e Comunidades Tradicionais da Associação Brasileira de Agroecologia irá coordenar os Tapiris de Saberes no eixo “Ancestralidade, Terra e Território”, contribuir com a coordenação no processo de apresentação de trabalhos e com mesas temáticas onde as pautas dos povos são acolhidas.

Os debates deste eixo objetivam compreender os processos agroecológicos, tradicionais e decoloniais relacionados à terra, ao território, à ancestralidade, à justiça ambiental e climática. Busca-se reunir estudos, pesquisas e relatos de experiências que articulem os temas a partir de práticas agroecológicas e ancestrais dos povos e comunidades tradicionais e de territórios de favelas, apontando abordagens e análises sobre a historicidade das lutas dessas populações pelo acesso e garantia à água, à terra, à floresta e à memória biocultural, de modo a explicitar as disputas por territorialidades, o enfrentamento ao racismo, os conflitos socioambientais, a exemplo daqueles gerados por grandes empreendimentos (eólicos, mineração, barragens, entre outros) e seus impactos sobre os povos, os processos de lutas contra-hegemônicas, a proteção e a diversidade dos territórios e seus bens comuns, a cultura alimentar e as diferentes cosmovisões que fundamentam os modos de vida dessas populações. Este eixo trata também do reconhecimento e da valorização dos saberes e fazeres das/os mais velhas/os, referentes à regeneração e preservação da natureza, saúde, agricultura, cuidados, religiosidade e espiritualidade.

Nesse contexto, o apoio ao 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia representa uma plataforma estratégica para aprofundar a relação da agroecologia com os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro, destacando a relevância de seus conhecimentos e inovações no campo da agroecologia e na defesa da conservação da biodiversidade. Para os Povos Ciganos, a celebração deste TED e as ações propostas visam também fomentar a produção de uma economia criativa e sustentável, em consonância com o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos e com a promoção do desenvolvimento sustentável e da pluralidade socioambiental, econômica e cultural desses grupos. Esta iniciativa busca, assim, garantir não apenas o apoio a eventos científicos de grande porte, mas, sobretudo, promover uma transformação estrutural que fomente o reconhecimento de diversas formas de produção de conhecimento e

o fortalecimento do pertencimento e protagonismo dessas populações.

5.1 NORMATIVO DE FUNDAMENTAÇÃO: Efetivação do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, em especial as metas 6 e 12 dispostas na Portaria nº226/2024, que aprova ações e compromissos estratégicos do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos para o período 2024 a 2027 e institui o seu Comitê Gestor.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Apoiar a participação de lideranças e representantes de Comunidades Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos no 13º CBA, por meio da concessão de diárias e apoio logístico.

Organizar e manter em funcionamento a infraestrutura de acolhimento e circulação durante os 4 dias do 13º CBA, garantindo espaços adequados para oficinas, apresentações e encontros com público estimado de 3.000 pessoas.

Relatório qualitativo e quantitativo sobre os Tapiris de Saberes no eixo eixo “Ancestralidade, Terra e Território”, contendo: Número total de trabalhos apresentados (por tipo: relato técnico-científico, experiência popular, vídeo etc.); Perfil das/os participantes ; Eixos temáticos abordados; Registros fotográficos.

Elaborar 1 relatório de sistematização com registros em texto, imagem sobre as contribuições das oficinas realizadas no 13º CBA.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

☒ Sim

☐ Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

☒ Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

☒ Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

☒ Descentralizada por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

☒ Sim

☐ Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. A FADEX, gestora administrativa e operacional, utilizará do orçamento previsto para custos indiretos, que são da ordem dos 5,2631578% do valor global pactuado do TED.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRA

Metas	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Valor unitário	Valor total	Início	Fim
Meta 1	Promover oficinas destinadas a quilombolas, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, e povos ciganos, bem como apoiar o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia.	-	-	-	R\$ 200.000,00	01/09/2025	31/03/2026
Etapa 1:	Contratação de 03 Bolsistas sendo 01 bolsistas por 5 meses e 02 bolsista por 03 meses.	UN	11	R\$ 3.000,00	R\$ 33.000,00	01/09/2025	31/03/2026
Etapa 2:	Contratação de 01 bolsista por 03 meses.	UN	03	R\$ 4.800,00	R\$ 14.400,00	01/12/2025	31/03/2025
Etapa 3:	Contratação de Pessoa Jurídica para transmissão e registro audiovisual da programação.	UN	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	01/10/2025	31/10/2025
Etapa 4:	Concessão de Diárias para ajuda de custo para 25 participantes	UN	84	R\$ 150,00	R\$ 12.600,00	01/10/2025	31/10/2025
Etapa 5:	Contratação de Pessoa Jurídica de produção, locação e montagem de infraestrutura	UN	04	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00	01/10/2025	31/10/2025
Etapa 6:	Contratação de Pessoa Jurídica para coordenação e realização de oficinas.	UN	01	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	01/10/2025	31/10/2025
Etapa 7:	Custos administrativos FADEX (5,2631578%)	UN	01	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	01/10/2025	31/03/2026

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Setembro/2025	R\$ 200.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 190.000,00
33.90.39	Sim	R\$ 10.000,00
TOTAL TED		R\$ 200.000.00
12. PROPOSIÇÃO		
Petrolina/PE, na data da assinatura. TELIO NOBRE LEITE Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF		
13. APROVAÇÃO		
Brasília/DF, na data da assinatura. ANIELLE FRANCISCO DA SILVA Ministra da Igualdade Racial		



Documento assinado eletronicamente por **Telio Nobre Leite, Usuário Externo**, em 05/02/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anielle Francisco Da Silva, Ministro(a) de Estado**, em 05/02/2026, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56641069** e o código CRC **0779A7E2**.

Referência: Processo nº 21290.002680/2025-14.

SEI nº 56641069